



3519 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)  
GT 15 - Educação Especial

### FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA ATUAÇÃO COM O PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Beatriz Ribeiro Aleluia Picolini - UFG - Universidade Federal de Goiás  
Maria Marta Lopes Flores - UFG - Universidade Federal de Goiás

Este trabalho de pesquisa faz parte da dissertação de mestrado cujo título é “Trajetória Formativa/Profissional de Professores de Apoio à Inclusão e Professores Regentes”. Dessa maneira, evidenciamos que a demanda de alunos público alvo da Educação Especial têm crescido na rede regular. Nesse sentido, indagamos como tem se dado a formação inicial e continuada dos professores regentes e professores de apoio para atuação com o público alvo da Educação Especial? Assim, a metodologia definida para a construção de dados foi a pesquisa colaborativa, pois trata-se de investigar não sobre o professor e sim com o professor. Dessa maneira, a pesquisa evidenciou uma lacuna na formação inicial no que se refere à conhecimentos relativos a Educação Especial e Inclusiva; a necessidade de formação que contemple o processo de inclusão em geral, assim como políticas públicas efetivas para a formação de professores.

Palavras-chaves: Formação; Professores; Inclusão

#### Introdução

No contexto de reformas do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a formação de professores para atuação na Educação Especial converte-se para o nível superior, como habilitação específica do curso de Pedagogia. França (2016) avalia da seguinte maneira tal mudança:

Faz-se necessário salientar que a formação do professor em educação especial por intermédio da habilitação no curso de Pedagogia engendrou-se dentro de um contexto social e político de discussão do próprio curso de Pedagogia, que ora tinha como objetivo formar os denominados técnicos ou especialistas em educação, ora o professor para o ensino fundamental.(p.25)

O curso de Pedagogia, naquele contexto, é modificado através do Parecer nº 252/69, assim extingui-se a distinção entre o bacharelado e a licenciatura, permanecendo esta última. Nessa medida, o curso passa a formar o docente para o magistério de 1º e 2º graus e especialistas da educação para orientação, administração, supervisão e inspeção nos sistemas educacionais, de acordo com as habilitações específicas, dentre essas, encontra-se a habilitação na área da educação especial. Já na década de 1990 algumas Universidades extinguiram as habilitações, outras abriram cursos específicos, o que acarretou a diversificação de modelos existentes nas diferentes regiões brasileiras.

Nessa medida, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394 de 1996, no Capítulo V, a Educação Especial aparece, no artigo 58, como: “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 2005, p.25). Na referida lei, também, são assegurados os serviços de apoio especializado.

Cabe ressaltar que a respeito da formação de professores para atuação na área da Educação Especial, a Lei esclarece no artigo 59, inciso III: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.”

Evidencia-se, então, que a lei 9394/96 reconhece a formação do professor que atuará na educação

especial como necessária, entretanto admite que esta aconteça em nível médio, o que a nosso ver é um retrocesso, pois essa formação na década de 70 foi elevada ao nível superior, como habilitação do curso de Pedagogia.

Portanto, verifica-se que a formação de professores para educação especial não segue uma direção única, nem um lócus específico, assim abrangendo professores com formação em nível médio, com formação em nível superior, com formação continuada e professores atuando sem nenhum curso na área da educação especial, enfim diferentes combinações para tal formação.

### **Metodologia**

A pesquisa, em questão, situa-se na abordagem qualitativa que segundo Gatti (2007, p. 27-28) “vão desde a análise de conteúdo com toda sua diversidade de propostas, passando pelos estudos de caso, pesquisa participante, estudos etnográficos, antropológicos, etc.” Dentre os caminhos disponíveis optou-se pela metodologia da pesquisa colaborativa.

Dessa maneira, a pesquisa colaborativa caracteriza-se como uma prática conjunta entre pesquisador e o professor. Nesse sentido, definiu-se tal perspectiva de construção de dados, pois se trata de investigar não sobre o professor e sim com o professor. Nessa medida, as professoras participantes da pesquisa atuam na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I e na Educação de Jovens e Adultos em uma rede municipal de Educação de um município de pequeno porte localizado no Estado de Goiás. Nessa pesquisa foram trabalhados quatro eixos, assim destaca-se: Formação de professores- trajetórias profissionais e a constituição do ser professor, do qual, construímos os dados da análise a seguir.

### **Formação inicial e continuada de professores**

A Formação de professores têm sido um dos destaques em relação à discussão acerca do movimento de inclusão, sendo assim para que este ocorra é necessário que tanto o professor regente como o professor de apoio possuam uma formação sólida, ou seja, embasamento teórico e metodológico que possibilite sua atuação com todos os alunos, assim incluídos aqueles que são público alvo da Educação Especial. Nessa medida, o professor terá condições de transmitir os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Nessa conjuntura, buscamos contextualizar a formação tanto inicial como continuada das professoras participantes da pesquisa, assim como indagamos acerca do tempo de docência; idade e a caracterização do aluno público alvo da Educação Especial. Dessa maneira nos quadros a seguir sintetizamos essas informações, primeiro no que se refere as professoras regentes e depois acerca das professoras de apoio.

Quadro I: Caracterização das professoras regentes participantes da pesquisa.

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Graduação</b>	<b>Tempo atuação</b>	<b>Especialização/aperfeiçoamento</b>	<b>Aluno PAEE</b>
Gabriela	29	Pedagogia	6 meses	Não possui	DM
Rafaela	29	Matemática	4	Psicopedagogia/Libras	Dislexia
Tarsila	49	Pedagogia	20	Diversidade Goiana/Libras	DI
Natalia	52	História/Pedagogia	24	Educação Inclusiva	Baixa visão
Francielly	29	Pedagogia	4	Psicopedagogia	Surdez
Fabiana	41	Pedagogia	21	Planejamento Educacional	DI
Lúcia	36	Pedagogia	6	Não possui	DI

Denise	40	Letras/Pedagogia	18	Planejamento Educacional	DI
Elisa	37	Geografia	13	Planejamento Escolar	DA

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, a partir da entrevista coletiva, sendo as siglas DA – Dificuldade de Aprendizagem, DI – Deficiência Intelectual e DM- Deficiência Mental.

Observa-se, então, que as professoras regentes possuem licenciaturas diversas, Pedagogia, História, Letras, Geografia e Matemática; as idades variam de 29 a 52 anos e o tempo de atuação na docência varia entre 6 meses a 24 anos. Em relação à formação continuada destaca-se a especialização em Planejamento Escolar, realizada por três professoras; vê-se que duas professoras não possuem nenhuma especialização ou aperfeiçoamento; uma possui Psicopedagogia e Libras; uma possui especialização em Diversidade Goiana e Libras e somente uma das professoras declara ter cursado especialização em Educação Inclusiva. No que se refere ao público alvo da Educação Especial percebemos que é diversificado.

Quadro II: Caracterização das professoras de apoio participantes da pesquisa.

Nome	Idade	Graduação	Tempo de atuação	Especialização/Aperfeiçoamento	Aluno PAEE
Roberta	41	Geografia	16	Psicopedagogia/Libras	DI
Bianca	38	História	14	Coordenação Pedagógica/Libras	DF
Isabela	59	Geografia Pedagogia	27	Ensino- Aprendizagem/Libras	Retardo mental
Neuza	47	Letras História	23	Gestão Escolar/ Libras	DM
Juliana	58	Pedagogia Letras	17	Psicopedagogia/ Neuropedagogia/Libras/ Braille	Baixa visão
Isabel	61	Geografia	13	Orientação Educacional/Libras	DI
Marcela	65	Pedagogia	29/13	Gestão e coordenação pedagógica	DI
Taís	26	Geografia	1	Não possui	DI
Laís	27	Pedagogia	5	Literatura Infanto-Juvenil	Autismo

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, a partir da entrevista coletiva, sendo as siglas DF- Deficiência Física, DI – Deficiência Intelectual e DM- Deficiência Mental.

A formação inicial das professoras de apoio também é diversificada, assim como das professoras regentes, ou seja, licenciadas em Pedagogia, Geografia, História e Letras, a idade varia entre 27 e 65 anos e o tempo de atuação na docência 1 ano a 29 anos. Acerca da formação continuada destaca-se o aperfeiçoamento em Libras, sendo que seis professoras declaram ter realizado tal curso, entretanto, nenhuma das professoras de apoio possui especialização na área da Educação Inclusiva. À respeito dos alunos público alvo da Educação Especial notamos que também é diversificado.

Nesse contexto, todas as professoras participantes da pesquisa são unânimes em ressaltar que durante a sua formação inicial não tiveram disciplinas relacionada das à Educação Especial e ou Educação Inclusiva. Tal realidade é explicitada nos dizeres da professoras:

*[...]porque como eu falei o aluno vem pra gente, e a gente não tem nenhuma experiência, nenhum conhecimento e aí a gente vai tentar trabalhar, tentar aprender para trabalhar com esse aluno! [...] hoje em dia, quase todos os cursos na área de licenciatura já tem Libras né, é obrigado, já está na grade, na minha época não tinha, quando eu fiz graduação não tinha, não tinha nem a educação infantil na grade na Pedagogia, entrou depois...]* ( Professora Tarsila- Regente)

*Eu acho que a maior dificuldade é não ter uma preparação adequada [...]* ( ProfessoraFrancielly- Regente)

Nesse sentido, Vitaliano e Dall'Acqua (2012) ao analisarem as orientações legais, especificamente as "Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica"; diretrizes nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia e as diretrizes nacionais dos demais cursos de licenciatura, referentes à

organização dos projetos curriculares no que diz respeito à preparação para atuação com o público alvo da Educação Especial, chegaram a seguinte constatação:

[...] ao compará-las com as orientações contidas na literatura especializada a respeito desse tema, as mesmas não contemplam orientações suficientes para garantir tal formação. Vimos, por exemplo, que a proposta apresentada na portaria 1.793, publicada em 1994, que recomenda a inclusão de uma única disciplina, de caráter geral e introdutório nos cursos de licenciatura, relacionada a temática de inclusão das pessoas com necessidades especiais, não foi efetiva, segundo os dados de pesquisas analisados, para garantir espaços de discussão sobre tal questão. ( VITALIANO E DALL' ACQUA, 2012, p. 117)

Percebe-se, então, que apesar da literatura especializada no tema evidenciar a necessidade da formação inicial dos professores para que a política educacional inclusiva obtenha êxito, essa lacuna ainda persiste. Tal assertiva comprova-se diante das pesquisas realizadas acerca dessa formação. (BUENO, 1999; VITALIANO E DALL'ACQUA, 2012; PLETSH, 2009; MENDES, 2010; MICHELS, 2011; GLAT e NOGUEIRA, 2003;). Nessa medida, corroboramos com Mendes (2010, p.38) ao salientar que “seria preciso rever o processo global de formação de professores, principalmente para capacitá-los de maneira a atender e lidar com a diversidade na sala de aula”.

Nessa conjuntura, o direito ao acesso, permanência e educação de qualidade é garantido pela legislação vigente aos educandos público alvo da Educação Especial. Entretanto, para que esta ocorra é necessário que os professores estejam preparados para atuação com esse público. Tal formação necessita de embasamento teórico e metodológico consistente que abarque os pressupostos da inclusão escolar.

Pletsh (2010, p. 150), desse modo, adverte que a formação de professores, no Brasil, permanece em um modelo tradicional que não atende aos preceitos da educação inclusiva. Salienta, ainda, que dentre os cursos de Pedagogia são poucos aqueles que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados ao público alvo da Educação Especial, portanto, nas palavras da autora “trata-se de uma inclusão precarizada”.

Outro ponto que vale mencionar é a prerrogativa de que tanto o professor regente como o professor de apoio devem ter formação para essa atuação. Essas assertivas estão postas nas seguintes normativas: LDB (1996), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008).

Trata-se, então, de formar o professor capacitado e o professor especialista, que nessa pesquisa estão sendo nomeados como professor regente e professor de apoio. Portanto, a legislação assim como a literatura da área ratificam essa formação (BUENO, 1999; MENDES, 2011, MICHELS, 2011).

Nesse sentido, Mendes (2010, p. 143) esclarece que “ o fato de não haver propostas para a formação inicial parece indicar que a formação especializada em nível de graduação foi descartada, mas tal proposta vai contra o embasamento legal da LDB de 1996 e a Resolução nº 2 de 2001”.

Nesse contexto, nos dizeres das professoras participantes da pesquisa evidenciamos a relevância da formação, pois todas consideram que esta é imprescindível para a efetivação da inclusão escolar. Já com relação a graduação inicial para essa atuação as opiniões são divergentes, pois algumas consideram que esta deve ocorrer no curso de Pedagogia, outras em um curso específico, uma graduação em Educação Especial. Nas seguintes expressões contatamos tais concepções:

*Eu acho que essa formação inicial deveria então mudar, ampliar a grade da Pedagogia colocando, igual a mim que estou com vinte e um anos de sala de aula é o primeiro ano que eu pego crianças assim, ai estudar primeiro pra depois trabalhar com ela, pra mim, no caso já tinha que ter colocado na grade curricular lá, pra esta facilitando hoje. (Professora Fabiana- Regente)*

*Bom eu acho que deveria ter um curso, poderia ser Educação Especial, mas que englobasse as várias dificuldades que a gente tem nas escolas. Acho que seria o primeiro passo, acho que tinha que ser um pouquinho de cada, pra hora que a gente pegar ter uma noção mais ou menos de cada problema do aluno que é oferecido pra gente. ( Professora Bianca- Apoio)*

Diante do exposto, compreende-se que as professoras consideram a formação como ponto crucial para atuação com alunos com deficiência, assim todas concordam que esta precisa principiar na formação inicial. Nessa medida, suas falas corroboram com as convicções de Pletsh (2009, p.147) ao afirmar “a necessidade da melhoria da formação como condição essencial e premente para a promoção eficaz da inclusão de alunos”.

Em relação à formação continuada as professoras indicaram o curso de Libras como o aperfeiçoamento realizado pela maioria ( sete professoras cursaram, entre regentes e apoio). As mesmas declararam que havia um Instituto disponibilizando o curso na cidade, assim essa formação ocorreu de maneira

individualizada utilizando recursos próprios, ou seja, não tratou-se de uma política de formação oferecida pelo município ou Estado. Cabe registrar que as participantes salientaram que o curso de formação oferecido pelas pesquisadoras em colaboração com a Universidade e a gestão atual do município configurou-se em um primeiro momento de formação na área para a maioria.

No que se refere, então, ao curso de Libras realizado, as professoras enfatizaram que como não trabalharam na área e não utilizaram aqueles conhecimentos, estes foram esquecidos. A seguir algumas declarações das mesmas:

*Bom o curso de Libras que eu fiz , já faz três anos né e eu acho que é uma coisa assim que é , é prática é o dia a dia e ai quando você não pratica, ai você acaba esquecendo, então assim eu acho que é uma coisa , achei muito interessante, achei muito proveitoso na época mas que fico meio perdida até mesmo porque meus alunos que eu já tive, não foi o caso de eu estar usando , mas é um curso que eu acho que é , se eu tivesse tido a oportunidade de ter praticado seria um curso muito proveitoso.( Professora Roberta- Apoio)*

*Eu fiz um curso de Libras, na época eu tinha um aluno com deficiência auditiva, então o pouco que eu aprendi, porque foi um curso muito rápido, o que eu aprendi eu pude trabalhar com ele naquele ano, como depois eu não tive mais aluno, não tive contato com nenhuma pessoa que tenha deficiência, despratiquei, não pratiquei e esqueci, a gente acaba esquecendo.( Professora Tarsila- Regente)*

Nesse contexto, ficou evidente que esta formação não suscitou mudanças na prática pedagógica das professoras em relação aos alunos público alvo da Educação Especial, pois como constatamos na pesquisa apenas uma professora regente tem um aluno surdo em sala de aula e, no geral, os alunos atendidos têm Deficiência Intelectual.

De acordo com Vitaliano e Dall'Acqua (2012) a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 estabelece que a Libras (Língua Brasileira de Sinais) seja incluída nos cursos de Formação de Professores, Educação Especial e Fonoaudióloga. As autoras destacam que essa lei garante a formação para a atuação com alunos surdos, entretanto, asseveram a necessidade de uma formação que contemple o processo de inclusão no geral, ou seja, as particularidades dos outros alunos.

## **Conclusões**

A pesquisa evidenciou que existe uma lacuna na formação inicial dos professores no que se refere aos conhecimentos relativos à Educação Especial e à Educação Inclusiva. Dessa maneira, verifica-se a necessidade de uma formação tanto inicial como continuada que contemple o processo de inclusão no geral e para tanto se faz imprescindível a implementação de políticas públicas efetivas de formação de professores com vistas à atuação com o público alvo da Educação Especial, tais políticas devem ser implementadas em âmbito federal, estadual e municipal.

## **Referências:**

ALMEIDA Maria Amélia. Formação de professores para a educação especial História, legislação e competências. **Revista do Centro de Educação**, nº 24 set.2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2005, 65 p. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>

BUENO, José Geraldo Silveira. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2002, 136 p.

Bueno, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Rev. Bras. Educ. Espec.** vol.03, n.05, 1999.

FRANÇA, Marileide Gonçalves. **As complexas tramas da Inclusão Escolar: O trabalho do Professor de Educação Especial**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil** Brasília: Líber Livro Editora, 2007. 87 p.

GLAT. R.; & NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Comunicações. **Caderno do Programa de Pós-Graduação**, ano 10, nº1, junho, 2003

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimento**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008. 136 p.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010

MICHELS, Maria Helena. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial**, vol.24, num.40, mayo-agosto, PP.219-232, 2011.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Rev. Educ.**, Curitiba, nº 33, Editora UFPR, 2009.

SOARES, Maria Aparecida Leite; CARVALHO, Maria de Fátima. **O professor e o aluno com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2012

VITALIANO, Célia Regina; Dall'Acqua, Maria Júlia Canazza. Análise das Diretrizes Curriculares dos cursos de Licenciatura em relação à formação de professores para Inclusão de alunos com necessidades especiais. **Revista Teias**, v.13, nº 27, jan./abr., 2012.